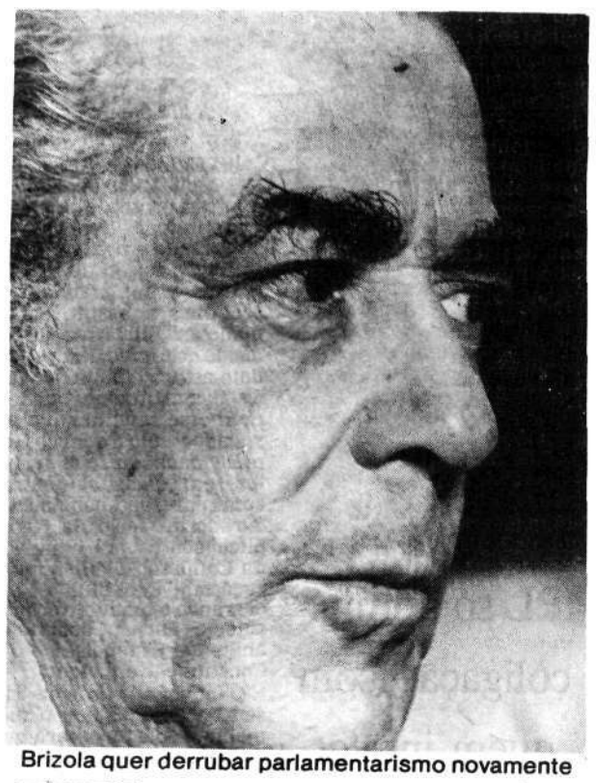
Gabinete é o alvo de Brizola

Campanha à Presidência visará derrubar parlamentarismo

ARQUIVO



Brizola quer derrubar parlamentarismo novamente

Porto Alegre — Se a Constituinte confirmar a mudança para o regime parlamentarista, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, fará questão de disputar a eleição para a Presidência da República com objetivo de liderar uma campanha para derrubar esse sistema. "Tenho experiência, pois já derrubei um parlamentarismo outra vez", destacou Brizola. Centrando suas crticas no PMDB, para ele o úniço causador de toda a crise econômica e política brasileira, o líder do PDT acusou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de se mascarar de presidencialista:

— Essa impostura que tentam impor ao povo brasileiro tem a capa do doutor Ulysses, com auxílio do senador José Richa, que como velho PSD posa de presidencialista e por baixo quer o parlamentarismo.

Para Brizola, nem o artigo que proíbe mudança de regime cinco anos após a promulgação da futura Constituição o impedirá de lutar contra o parlamentarismo. "Esse será um ato de força contra o qual mobilizaremos o povo com razões muito mais fortes dando legitimidade para declarar nulas estas decisões", observou Brizola. O ex-governador fluminense e gaúcho também defendeu a realização de eleições gerais em 1988, mas admitiu que será muito difícil os parlamentares e governadores concordarem com essa proposta.

REMOÇÃO DIFÍCIL

O deputado constituinte Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) previu ontem que o parlamentarismo dificilmente será removido do texto constitucional, face à convicção de que o regime presidencialista no Brasil esgotou-se com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. Reconheceu, porém, que a "ambição de poder" de alguns candidatos à Presidência da República vai desaguar em pressões sobre o plenário da Constituinte, mas tem esperança de que essa fase seja absolutamente passageira.

Outro argumento que o constituinte pernambucano levanta em favor do parlamentarismo é o fracasso da campanha das diretas, que o ex-governador Leonel Brizola, com apoio do PT e de alguns segmentos do PMDB, tentou reeditar no primeiro semestre deste ano.

Egídio advertiu que, se as elites brasileiras insistirem na manutenção do presidencialismo, o País terá dentro de dois ou três anos uma nova intervenção dos militares ou, então, uma insurreição popular com caracteristicas de guerra civil.

Campelo vai mudar seu voto

O deputado federal Valmir Campelo (PFL-DF), que já se considera "virtual candidato" ao Governo do Distrito Federal, não concorda com o "mandato-tampão" aprovado pela Comissão de Sistematização, inclusive com o seu próprio voto, e anuncia que vai apresentar uma emenda ao plenário da Constituinte, propondo que as eleições para Governador do DF e deputados distritais sejam realizadas `a mesma época das eleições dos demais governadores estaduais, em 1990.

Segundo ele, se mantido o texto aprovado pela Sistematização, o Distrito Federal poderá se ver `as voltas com a realização de uma eleição por ano, durante os próximos três anos. Ele está certo que em 88 haverá mesmo eleição para Presidente da República o que implicaria em mudanças na administração do DF. "E, por certo, o novo Presidente eleito pelo povo vai negociar com a classe política de Brasília o nome de um Governador, que teria mandato até 1990, quando então elegeríamos um dirigente, coincidente com os dos demais companheiros governadores.

A importância maior da coincidência dos mandatos governamentais, para Campelo, decorre da necessidade de o Governo do Distrito Federal desenvolver um programa de trabalho em consonância com os planos de administração dos governadores dos Estados vizinhos, principalmente Goiás e Minas Gerais, devido `a proximidade e inter-relação de seus problemas. O deputado acha que um governador eleito para um "mandato-tampão" não teria como assegurar a continuidade de seus planos de trabalho e nem tempo suficiente para concluí-los.

A GREVE

Sobre o fim da greve deflagrada por diversas categorias de servidores do DF, Valmir Campelo disse que os índices de aumento conseguidos não correspondem aos da inflação já registrados e considera que os servidores não tiveram um reajuste propriamente dito, "mas apenas uma gratificação". Ele entende que hoje os trabalhadores do serviço público vivem uma situação "humilhante", devido aos baixos salários que recebem, "o que os impede até mesmo de se aposentarem, pois a pensão para eles deixou de ser uma recompensa para ser um castigo".

Valmir Campelo acredita que a Constituinte poderá em parte reverter essa situação, "dignificando o servidor público e principalmente o aposentado".

PFL quer acordo presidencialista

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, deverá se reunir ainda nesta semana com o ex-governador Leonel Brizola, em busca de um acordo pela manutenção do presidencialismo. Os termos dessa negociação, que será levada por Maciel aos dirigentes dos outros partidos, ser-ao acertados quarta-feira, em reunião da Executiva Nacional do PFL.

De posse de um aval do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para que sua candidatura à Presidência da República seja examinada dentro do partido, a Executiva estudará também uma fórmula de consultar as bases sobre a sucessão.

Consciente de que a implantação do parlamentarismo no próximo ano inviabiliza a candidatura presidencial de Aureliano, a direção do PFL trabalha com duas alternativas: manter o presidencialismo de forma definitiva ou adiar para o final do próximo governo a entrada em vigor do novo sistema. Os deputados Jaime Santana (PFL-MA) e José Moura (PFL-PE) estão elaborando uma emenda presidencialista que irá prever o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário.

Ontem, o senador Guilherme Palmeira (AL), expresidente do PFL, reconheceu que será difícil obter um acordo amplo sobre sistema de governo.

Carneiro não aceita o plebiscito agora

A recém-criada Frente Parlamentarista para defesa do novo sistema de governo, presidida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) e coordenada pelo senador José Richa (PMDB/PR), só concordaria com a realização de um plebiscito, para que o povo dê sua opinião sobre que tipo de regime prefere, depois de 5 anos de implantação do parlamentarismo. Os integrantes desta frente argumentam que só depois de conhecer, na prática, as diferenças entre o presidencialismo e o parlamentarismo, é que a população poderá emitir um julgamento. "O povo só conhece este presidencialismo imperial que estamos vivendo há 98 anos. Então vamos dar pelo menos 5 anos para o seu adversário, o parlamentarismo", disse Nelson Carneiro.

A despeito da tese defendida com ênfase nos últimos dias pelos governadores — Moreira Franco, do Rio, e Orestes Quércia, São Paulo, principalmente — as lideranças na Constituinte estão divididas quanto à realização de um plebiscito para definição do sistema de governo, mas a maioria rejeita a idéia.

O líder do PMDB na Constituinte Mário Covas, como o líder do PCB em exercício Fernando Santana, afirma que, o plebiscito proposto deve ser realizado para que o povo possa deliberar sobre toda a Constituição e não de um tópico só, especial, no caso o sistema de governo. "Sou favorável à idéia de que toda a Constituição passe por um referendo. Agora, fazer plebiscito sobre çada ponto polêmico que surgir daqui pra frente não é possível", reiterou Mário Covas.

Já o líder do PMDB no Senado Fernando Henrique Cardoso, diz que até concorda com a realização de um "referendo" sobre a questão do sistema de governo, mas após a promulgação da Carta, mas precedido de uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização da população quanto às vantagens do parlamentarismo. Ele esclarece que se a consulta fosse feita hoje, a população se definiria pelo presidencialismo, que é o sistema que conhece. Mas mudaria de posição em favor do parlamentarismo após a campanha de esclarecimento.

"ESPETÁCULO DE CORRUPÇÃO"

Garantindo que o senador José Richa também só aceita o plebiscito depois de uma experiência mínima de 5 anos de parlamentarismo, o presidente da Frente Parlamentarista Nélson Carneiro revela que não confia no plebiscito como método de consulta popular. "Até hoje eu só assisti um plebiscito na minha vida, quando o povo decidiu retornar ao presidencialismo em 1961, e foi uma grande fraude. O povo foi levado por um derrame de dinheiro que se constituiu no maior espetáculo de corrupção já havido neste País", relembra o senador fluminense.

Senadores declaram guerra ao Executivo

A Lei de Talião deverá prevalecer, a partir de agora, nas relações entre o Executivo e Legislativo. A primeira vtima será o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco, que demitiu na última semana o presidente do IAA, José Ribeiro Toledo. O ministro deverá ser convocado para depor sobre possíveis irregularidades no MIC.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), defendeu ontem a instalação imediata da Comissão de Fiscalização e Controle para apurar denúncias sobre irregularidades no Executivo. Deverá ser aprovada pelo Senado, esta semana, a CPI para investigar a intermediação em verbas para Estados e municípios.

A demissão de José Ribeiro Toledo foi um choque para os políticos. O senador Albano Franco (PMDB-SE) solicitou explicações ao ministro José Hugo por não acreditar que o ex-presidente do IAA possa ter cometido qualquer irregularidade. Na sua opinião, Toledo não aceitará a demissão pacificamente e tomará providências judiciais contra os que o acusaram.

Os senadores Guilherme Palmeira (PFL-AL) e Divaldo Suruagy (PFL-AL) reuniram-se durante quase duas horas, `a tarde, para exame da situação. Ambos concluiram que é impossível acreditar nas denúncias sobre irregularidades na administração Toledo e pensaram, de imediato, em encaminhar requerimento ao ministro da Indústria e do Comércio para que esclareça ao Senado quais foram.

O senador Palmeira passou a defender, mais tarde, a convocação de José Hugo ao plenário do Senado, incluindo-se outros assuntos do MIC. Ele lembrou, na conversa com Suruagy, que alguns temas não estão devidamente esclarecidos, como a Operação Patrícia, sobre compra e venda de sacas de café. O requerimento será mais demorado que a convocação, pois o ministro pode comparecer assim que for chamado.

Palmeira e Suruagy pretendem encontrar-se com o senador Teôtonio Vilela Filho (PMDB-AL), cujo irmão, Aprígio Vilela foi presidente do IAA. Aliás, o principal responsável pela indicação de Toledo foi Aprígio. A bancada de Alagoas deu-lhe apenas sustentação O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso disse ontem aos senadores Itamar Franco (MG, sem partido) e Jamil Haddad (PSB-RJ) que se entenderá com o senador Carlos Chiarelli (RS), líder do PFL, para instalação da Comissão de Fiscalização e Controle, do Senado. Pela Lei Mauro Benevides, essa Comissão tem amplos poderes para investigar qualquer repartição do Executivo.

O senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) espera que esta semana seja aprovada e instalada a CPI para "investigar todos os fatos relacionados a denúncias sobre a intermediação de pessoas físicas e jurídicas na captação de recursos públicos ou privados, de qualquer origem e natureza, destinados a Estados e municípios, bem assim a quaisquer entidades governamentais no âmbito federal, estadual ou municipal".

Sessão termina cedo com a Câmara vazia

Se na última sessão da Câmara os deputados não se desestimularam pela visão do plenário vazio e fizeram fila para falar da tribuna, na sessão da tarde de ontem nem o privilegiado lugar em frente ao microfone deu ibope. Durante o período das pequenas comunicações, o pinga-fogo, somente oito deputados discursaram e no horário reservado `as lideranças do partido apenas o PDS e o PDT marcaram presença. Isto fez com que a sessão terminasse bem mais cedo que o habitual, `as 16h35m, mas ainda com somente sete presentes.

O deputado Oswaldo Bender (PDS-RS), um dos primeiros a falar, manifestou sua preocupaç-ao com o aumento de 45 por cento concedido na semana passada aos constituintes pela Mesa. Ele lembrou que, de acordo com a Constituição, os subsídios e ajuda de custo aos parlamentares devem ser fixados na legislatura anterior.

Como ficaremos se alguém recorrer `a Justiça, através de ação popular, a fim de ver obedecido este artigo? — perguntou Bender, dizendo que fora informado pela manhã de que o Tribunal de Contas da União exigiu de "determinado prefeito" a devolução de numerário, porque a Constituição estabelece o mesmo em relação `a remuneração dos prefeitos. "O que poderá acontecer conosco?", insistiu o deputado pedessista.

O deputado Amaury Muller (PDT-RS), depois de elogiar o trabalho dos funcionários do serviço de som da Câmara durante o período de votação do projeto pela Comissão de Sistematização, criticou as declarações do almirante Bernardo Bonner, comandante da Escola Superior de Guerra, na edição de domingo do **CORREIO BRAZILIENSE**.

— Este cidadão teve o desplante de afirmar que o Poder Legislativo acertou um golpe nos interesses do Planalto, reduzindo para quatro anos o mandato do Sr. Sarney. Ele diz ainda que não há clima para golpe militar até porque o Legislativo já deu um no presidente Sarney, protestou Muller, lembrando que militares da ativa não têm o direito de fazer apreciações públicas sobre questões políticas.

A imprensa foi, como de costume, criticada, desta vez pelos deputados Paulo Delgado (PT-MG) e Mário Lima (PMDB-BA). O deputado petista protestou contra as "generalizações" que fazem com que a imprensa aponte uma degradação dos políticos e da vida política brasileira como um todo.

— Esta generalização é, na minha opinião, um elemento fundamental da despolitização do nosso povo. O fato de um nosso deputado, membro do Congresso, não saber explicar como sua assinatura apareceu na nomeação de determinados indivíduos, não quer dizer que todos nós somos capazes de falsificar assinaturas — disse Delgado, numa alusão ao incidente ocorrido meses atrás com o deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB), acusado de falsário.

Mário Lima reclamou contra a "onda de distorção dos fatos que a imprensa faz em torno das greves e dos sindicatos", defendendo o direito de greve como "parte da vida de qualquer nação civilizada". O deputado Mauro Campos (PMDB-MG) fez questão de solidarizar-se com uma outra instituição que na sua opinião tem sido alvo das "mais tolas e torpes acusações": a Comissão de Sistematização.

Campos também saiu em defesa da marinha mercante e indústria naval brasileira, denunciando estudos para a extinção do adicional de frete para a renovação da marinha mercante e a eliminação das taxas empregadas na melhoria dos portos. "Isto é crime contra a soberania nacional", protestou Mauro Campos.

WAGNER AVANCINI/ANGULAR

Richa convence Amato a apoiar o novo regime

Richa prega o parlamentarismo e busca apoio

Da Sucursal

São Paulo, — Em franca campanha pelo parlamentarismo-já, no governo de José Sarney, o senador José Richa prosseguiu ontem em São Paulo as conversações iniciadas no último sábado na reunião com os governadores Moreira Franco e Miguel Arraes, no Rio de Janeiro. Primeiro ele foi ao Palácio dos Bandeirantes apresentar a sua proposta de se fazer um programa mínimo de governo antes de o PMDB escolher um candidato à sucessão do presidente José Sarney. Em seguida foi à Fiesp buscar o apoio do presidente Mário Amato.

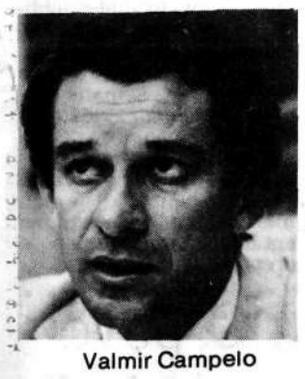
Antes de receber o senador paranaense, Quércia já havia manifestado aos jornalistas a sua opinião sobre esta proposta: "Isso é só conversa. É bom para ganhar tempo". Em seguida resolveu rever a sua posição. "Acho fundamental que o PMDB tenha um programa mínimo de governo. É boa a idéia dos governadores, mas primeiro precisamos esperar as definições da Constituinte".

O governador considera que o processo eleitoral está amarrado às decisões sobre o mandato presidencial e o sistema de governo, só depois disso, segundo ele, o PMDB deve se preocupar com um programa e definir nomes, contrariando a proposta que apresentou há menos de uma semana, de se escolher logo o candidato do partido.

O senador José Richa defende exatamente o contrário. Ele quer a todo custo aprovar o parlamentarismo no plenário da Constituinte, para que comece a funcionar já no mês de março do próximo ano. "Acho que em cima do presidencialismo vai ser muito difícil estabelecer uma estratégia de curto prazo para um pacto político e para reverter o quadro econômico e político que está aí" — argumentou Richa. Essa estratégia, na sua avaliação, deve ser montada sobre o seguinte tripé: pacto político-parlamentar, aval militar e base popular.

"Temos que montar essa estratégia para poder ter um governo com mais autoridade para governar com mais austeridade. E o primeiro pilar do tripé é o pacto político-parlamentar que permita se ter um governo forte que possa ir começando a inverter esse quadro para depois ganhar a confiança popular" — explicou o senador. Para ele, essa estratégia é prioritária em relação à convocação das eleições ou da escolha de nomes para a sucessão presidencial.

O principal obstáculo para o pacto político, segundo Richa, é o próprio governo federal, que está absolutamente refratário a qualquer tipo de entendimento. "O erro doutrinário do governo foi tentar governar com a Aliança Democrática. No meu entendimento a Aliança só teria condições de fazer a transição e não ser governo. O fato de forçar isso acabou implodindo a Aliança antes de concluir a transição", observou. Para que haja o pacto, concluiu o senador, é preciso primeiro que o PMDB se reconcilie consigo mesmo, para depois se dirigir aos outros partidos.



Valmir Campelo

EBN tem presidente interino

O assessor do ministro da Justiça, Adolfo Eric de Toledo, foi nomeado ontem pelo presidente José Sarney para presidente interino da Empresa Brasileira de Noticias (EBN) no lugar do jornalista Antonio Frota Neto, cuja demissão também foi assinada pelo Presidente.

Outro assessor do Ministério da Justiça, o secretário-geral adjunto Paulo Sotero Pires Costa, foi nomeado, interinamente, diretor da empresa, para a vaga da jornalista Rosa Maria Dalcin, que pediu exoneração do cargo. Tanto Adolfo Eric como Paulo Sotero vão acumular as novas funções com as que exercem no Ministério da Justiça.

O cargo de porta-voz da Presidência continua vago. O jornalista Carlos Cerqueira Zarur continuará como secretario de Imprensa adjunto, respondendo interinamente pela Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, se incumbirá de repassar, aos jornalistas credenciados, as declarações oficiais do Presidente da República.

O presidente Sarney nomeou também Joaquim Cardoso Filho para a secretaria-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em substituição a João Carlos Monteiro de Carvalho, que exercia o cargo interinamente.